

## FORMAÇÃO JURÍDICA E MERCADO DE TRABALHO

Rosalice Fidalgo Pinheiro<sup>1</sup>

No Brasil é inegável a articulação entre a expansão vertiginosa das vagas para graduação em Direito e o aumento do número de bacharéis. Este processo está fortemente marcado pela sobreposição de uma lógica empresarial à lógica pedagógica e profissional. Por conseguinte, a formação jurídica volta-se para o mercado dos concursos públicos e do exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Em sede de pós-graduação, esboça-se um novo mercado delimitado pelas possibilidades do mestrado profissional na área do Direito.

Esse contexto levou à busca de uma nova política de regras para criação e funcionamento dos cursos de graduação em Direito no Brasil. Trata-se do novo marco regulatório da educação jurídica, cuja discussão foi alavancada por um acordo de cooperação entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério da Educação, com o propósito de definir a nova política. Pretende-se, por um lado, a definição dos aspectos que serão avaliados para os pedidos de abertura de novas vagas, destacando-se a necessidade social e a qualidade de ensino, e, por outro, a criação de procedimentos de monitoramento para as faculdades já existentes.

Desde a assinatura do referido acordo de cooperação, em março de 2013, o novo marco regulatório da educação jurídica passou a ocupar os fóruns de discussão. O interesse pelo tema traz em suas entrelinhas o debate acerca da formação jurídica que se reflete mais em reprodução do que construção do Direito. Eis que, segundo Michel Miaille, “é preciso convir que a ‘construção’ dos nossos juristas é, a maior parte do tempo, do tipo da ‘reprodução’ de um construído que já existe.”<sup>2</sup>

Trata-se de identificar na formação jurídica os resquícios de uma atividade meramente mecânica do jurista, que norteou a implantação dos cursos jurídicos no Brasil. Por conseguinte, sua atividade estaria restrita à mera subsunção dos fatos às normas, o que ainda transparece nos tribunais e nos cursos de Direito: o jurista peticiona, decide ou ministra uma aula, mas à margem dos valores que norteiam o sistema jurídico. Deste modo, sua atividade

<sup>1</sup> Doutora em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR. Professora e coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia das Faculdades Integradas do Brasil. Professora de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPR.

<sup>2</sup> **Introdução Crítica do Direito**. Lisboa: Moraes Editora, 2ª Ed., 1989, p. 174.

resume-se em apenas melhorar o Direito, resultando no que Michel Miaille denomina de o “mal construído” do Direito.<sup>3</sup>

Surge um desafio ao jurista contemporâneo. Segundo Caio Tácito, ele não se resume ao “trabalho crítico das instituições jurídicas, mas sobretudo na criação de uma normatividade adequada a canalizar as aspirações da moderna sociedade.”<sup>4</sup> Tal desafio imprime um paradoxo à formação jurídica: ao mesmo tempo em que se exige a preparação do jurista para o mercado de trabalho, exige-se que ele esteja apto a atuar na construção e reconstrução do Direito com uma ação transformadora. Por outras palavras, enquanto o mercado de trabalho exige uma formação jurídica voltada à eficiência atestada pelos concursos públicos e o exame da OAB, a realidade exige que, mais do que interpretar e aplicar as normas jurídicas, o jurista seja capaz de questioná-las e, se necessário, desviar de sua aplicação quando em contradição com os valores fundamentais do homem.

A elucidação desse paradoxo passa por considerar que a educação jurídica é um campo que não envolve somente a preparação para a atuação técnica, mas está envolvido por um espectro mais amplo de debates sobre a democracia e o constitucionalismo em nosso país. A complexidade das questões no campo das políticas públicas igualmente merece um olhar aprofundado para perceber as tensões e conflitos que emergem da realidade social, bem como os processos de inclusão e exclusão que a norma jurídica pode propiciar para os diferentes sujeitos sociais. O papel das instituições de ensino, nesse sentido, deve ser o de preparar o aluno para entender a importância do seu campo profissional, em especial quando se pretende entender as bases valorativas da Constituição, no sentido de garantir eficácia dos direitos humanos e fundamentais para toda a sociedade.

Com vistas a desfazer esse paradoxo entre a formação jurídica e o mercado de trabalho, o Grupo de Estudos em Direito Civil/Projeto de Pesquisa “Virada de Copérnico”, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, e o Núcleo de Pesquisa em Direito Civil e Constituição do Programa de Mestrado em Direito das Faculdades Integradas do Brasil, reúnem-se para organizar o Encontro Regional da ABEDI – Região Sul, sobre o tema “Formação Jurídica e Mercado de Trabalho”, a ser realizado nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 2013, nas Faculdades Integradas do Brasil.

Tais núcleos de pesquisa já se dedicam ao estudo do tema, conferindo um caráter interdisciplinar à pesquisa do direito civil no “Eixo Ensino Jurídico, Método e Pesquisa”, do

<sup>3</sup> Op. cit., p. 174.

<sup>4</sup> O desafio no ensino do direito. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 233, ano 67, p. 327-331, jan./fev./mar., 1971, p. 327.

Projeto de Pesquisa “Virada de Copérnico”. Os resultados deste trabalho são divulgados periodicamente em eventos interinstitucionais<sup>5</sup> e publicações de coletâneas<sup>6</sup>. Nas reflexões levadas a efeito nos Núcleos de Pesquisa “Virada de Copérnico” e de Direito Civil e Constituição, propõe-se um repensar da “formação jurídica e do mercado de trabalho”, que passa pela necessidade de conjugar a participação das instituições de ensino superior, órgãos de classe, associações e a sociedade em geral para debater o tema. Entendendo-se que a educação jurídica deve possibilitar a inclusão social, a programação do evento reservou um painel para discutir a formação jurídica em face da metodologia do Direito e da interculturalidade.

Propõe-se um repensar dos concursos públicos, questionando-se os critérios utilizados para seleção dos bacharéis em Direito para atuar nas carreiras da magistratura, do Ministério Público, e da advocacia pública, no sentido de exigir-se do candidato a capacidade para atuar na construção e reconstrução do Direito, em conformidade com os valores fundamentais do homem. Outrossim, a discussão sobre o Exame da Ordem e novo marco regulatório do ensino jurídico propõe-se a pensar criticamente a equação entre o elevado número de bacharéis em Direito e seu ingresso na advocacia privada. E considerando-se que a ampliação das possibilidades de atuação dos egressos em Direito alcança, atualmente, a

<sup>5</sup> Em 2001, foram realizados dois encontros, um em Curitiba, na UFPR, outro, no Rio de Janeiro, na UERJ, congregando pesquisas sobre o ensino do direito civil entre o Projeto de Pesquisa “Virada de Copérnico” e o Grupo Perfis do Direito Civil do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ; em 2006, foi realizado um encontro na UFPR, com a participação do grupo carioca, reunindo pesquisas sobre ensino do direito civil; em 2009, foi realizado um encontro na UERJ, e em 2011, em Itaipava, reunindo os referidos núcleos de pesquisa, com painéis dedicados ao tema do ensino jurídico; em 2013, foi realizado um evento no Recife, na UFPE, com a realização de um painel sobre o tema, discutindo-se acerca da interdisciplinaridade do ensino do direito civil.

<sup>6</sup> PINHEIRO, R. F. . Ensino jurídico na graduação: ainda como nossos pais? Modelo, conformismo e repetição na metodologia do ensino jurídico. In: Luiz Edson Fachin. (Org.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Contemporâneo**. 1ªed.Rio de Janeiro: Renovar, 1998, v. , p. 211-254; MATOS, A. H. Sete diálogos sobre a relação ensino-aprendizagem no direito; LEWCKI, B. O ensino monolítico do direito civil: notas para sua humanização; MULHOLLAND, C. S. A interdisciplinaridade no ensino jurídico: a experiência do direito civil; ALMEIDA, M. C. Ensinando direito com arte: o estudo de casos no direito civil contemporâneo; PINHEIRO, R. F. . A responsabilidade social do jurista e o ensino jurídico: um breve diálogo entre o direito e a pedagogia. In: RAMOS, Carmem Lúcia Silveira; TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; GEDIEL, José Antônio Peres; FACHIN, Luiz Edson; MORAES, Maria Celina Bodin de.. (Org.). **Diálogos sobre direito civil. Construindo a racionalidade contemporânea**. 1ed.Rio de Janeiro: Renovar, 2002; PINHEIRO, R. F. ; ISAGUIRRE, K. ; XAVIER, M. . Um perfil problematizante na formação do jurista: o estudo de casos no ensino do direito civil. In: CORTIANO JR., Eroulths; FACHIN, Luiz Edson; MEIRELLES, Jussara Maria Leal de; NALIN, Paulo.. (Org.). **Apontamentos críticos para o direito civil brasileiro contemporâneo**. Anais do Projeto de Pesquisa Virada de Copérnico. 1ªed.Curitiba: Juruá, 2007, v. 1, p. 41-59; FOLLY, F. B. . Ensinar e Apre(nder) o Direito nas Práticas de Extensão-Comunicação. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo. (Org.). **Pensamento crítico do direito civil brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2011; FOLLY, F. B. ; ISAGUIRRE, K. ; PINHEIRO, R. F. . Para além do ensino jurídico (dogmático): a necessária interligação pesquisa-extensão na construção (crítica) do direito. In: TEPEDINO, G; FACHIN, L. E.. (Org.). **Diálogos sobre direito civil, v. III**. 1ed.Rio de Janeiro: Renovar, 2012, v. 3, p. 89-112.

docência na graduação, propõe-se uma discussão sobre o papel da pós-graduação *stricto sensu*, questionando-se a pesquisa e a função do mestrado profissional na área jurídica.

De modo integrado ao Encontro Regional da ABEDI, os Programas de Pós-Graduação envolvidos agregam a discussão sobre as publicações científicas ao presente evento. Trata-se de um tema que tem ocupado lugar privilegiado nos fóruns de discussão da pós-graduação *stricto sensu* do país. As especificidades da área jurídica, no campo da pesquisa, impõem um repensar de um paradoxo atualmente vivido. Não obstante a área do Direito seja tradicionalmente caracterizada pelo predomínio da publicação em livros, a lógica das ciências duras, que se caracteriza pelo predomínio da publicação em periódicos, impõe-se ao cenário jurídico. Deste modo, resultam como desafios, (i) a adequação das publicações científicas aos critérios *Qualis*, (ii) o impacto de novas tecnologias nas revistas jurídicas, (iii) a internacionalização de publicações em livros e revistas, e (iv) a ruptura com a tradição, no que se refere à publicação em livros. Nestes temas, velhos dilemas e novas perspectivas impõem-se à pesquisa em Direito, delineando novos parâmetros para a pós-graduação brasileira.

Nos dias 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2013, reuniram-se no auditório Desembargador Cordeiro Clève e no auditório Renè Dotti, do bloco 06, das Faculdades Integradas do Brasil, pesquisadores da área do Direito, com a finalidade concretizar os objetivos acima expostos. Os eventos integrados “Formação Jurídica e Mercado de Trabalho” e as “Publicações Científicas na Área do Direito” reuniram professores, profissionais e estudantes da área do Direito.

O primeiro e o segundo dias foram dedicados ao evento “Formação Jurídica e Mercado de Trabalho – Encontro Regional da ABEDI – Região Sul”. No dia 30 de outubro, a abertura do evento ocorreu às 19h00, com a palestra “Formação Jurídica e Mercado de Trabalho”, proferida pelo Prof. Dr. Luiz Edson Fachin (UFPR), seguida pela participação do Prof. Dr. Alexandre Veronese (UnB), diretor da ABEDI, que atuou como debatedor. As referidas participações foram precedidas das manifestações dos representantes das instituições promotoras do evento: o coordenador do PPGD da UFPR, Prof. Dr. Luís Fernando Pereira, a coordenadora do Curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas do Brasil, Profa. Dra. Marta Tonin, e da coordenadora do Programa de Mestrado em Direito das Faculdades Integradas do Brasil, Profa. Dra. Rosalice Fidalgo Pinheiro, que introduziu o painel e moderou os debates.

No dia 31 de outubro, quatro painéis integraram o evento. O painel (i) “Formação jurídica, interculturalidade e metodologia” iniciou às 8h00, sendo introduzido pela Profa. Dra. Maria Candida do Amaral Kroetz, que também coordenou as palestras “Estado plurinacional latinoamericano e direitos diferenciados: desafios da educação jurídica contemporânea”, proferida pelo Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas (UFG) e “Direito em trânsito: Educação em tempos de interculturalidade e globalização”, proferida pelo Prof. Dr. Marcus Faro de Castro (UnB), seguidas de debates. O painel (ii) “Carreiras jurídicas e o repensar dos concursos públicos” iniciou às 10h00, sendo introduzido pelo Prof. Dr. Otávio Luiz Rodrigues Júnior (ABEDI/USP), com as palestras “A magistratura federal na atualidade” do magistrado Msc. Anderson Furlan (ESMAFE), “Concursos Públicos” do magistrado Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral (EMAP) e “Por que todos querem um bacharelado em direito? Dilemas do mercado e a sedução dos concursos” do Prof. Dr. Fernando Fontainha (FGV Rio), seguidas pelos debates. O painel (iii) “Advocacia, exame da ordem e marco regulatório da educação jurídica” iniciou às 19h00, sendo introduzido pela Profa. Dra. Marta Tonin (UniBrasil), com as palestras “O novo marco regulatório da educação jurídica”, proferida pelo Prof. Dr. Rodrigo Kanayama (OAB/PR/UFPR) e “Dilemas contemporâneos da gestão em instituições educacionais – projetos pedagógicos ou receitas insípidas de bolo?”, proferida pelo Prof. Dr. Frederico Almeida (FGV SP), seguidas de debates. O painel (iv) “A docência na graduação e a pós-graduação em Direito” iniciou às 21h00, sendo introduzido pelo Prof. Dr. Marcos Alves da Silva (UNICURITIBA), com a palestra “Informação e formação em direito”, proferida pelo Prof. Dr. Paulo Luiz Netto Lôbo (UFPE) e a palestra “O mestrado profissional em Direito”, proferida pelo Prof. Eroulths Cortiano Jr. (UFPR), seguidas de debates.

O terceiro dia foi dedicado ao evento “II Seminário de Acesso à Pesquisa e Informação: as Publicações Científicas na Área do Direito”. No dia 01 de novembro, quatro painéis integraram o evento. O painel (i) “As publicações científicas na área do Direito e o sistema Qualis” iniciou às 8h00, sendo introduzido pelo Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes (UniBrasil), com as palestras “Avanços e desafios do Sistema Qualis-Direito”, proferida pela Profa. Dra. Ana Maria D’Ávila Lopes (UNIFOR) e “Fator de Impacto”, proferida pelo Prof. Dr. René Faustino Gabriel Junior (PUC-PR), seguidas de debates. O painel (ii) “Novas tecnologias e os periódicos eletrônicos na área do Direito” iniciou às 10h00, sendo introduzido pelo Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka - (UNICURITIBA), com a palestra “SciELO e a avaliação da qualidade dos periódicos científicos brasileiros”, proferida pela

Msc. Fabiana Montanari (SciELO), seguida de debates. O painel (iii) “A internacionalização das publicações científicas e as perspectivas para a área do Direito” iniciou às 19h00, sendo introduzido pela Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr (UNICURITIBA), com as palestras "Padrões impessoais de gestão e seleção de artigos científicos", proferida pelo Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez (FGV SP) e “Desafios à internacionalização da produção jurídica brasileira”, proferida pelo Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska (UniBrasil), seguidas de debates. O painel (iv) “Publicações científicas em livros: velhos dilemas, novas perspectivas para a área do Direito” iniciou às 21h00, sendo introduzido pelo Prof. Dr. Emerson Gabardo (PUCPR), com as palestras “Reflexões sobre as publicações científicas na área do Direito”, proferida pelo Prof. Dr. Vladimir de Oliveira da Silveira (CONPEDI/Uninove) e “Publicações em Direito: características e perspectivas”, proferida pelo Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira (UFPR), seguidas de debates.

No período da tarde do dia 31 de outubro, o evento “Formação Jurídica e Mercado de Trabalho – Encontro Regional da ABEDI – Região Sul” foi composto por três grupos de trabalho, nos quais dezenove pesquisadores dividiram-se na coordenação e apresentação de trabalhos, a saber: “Direitos Fundamentais e Democracia”, coordenado pela Profa. Ana Lúcia Pretto Pereira; “Advocacia, Exame da Ordem e o Marco Regulatório da Educação Jurídica” e a “Docência na Graduação e a Pós-graduação em Direito”, coordenado pelo Prof. Carlos Eduardo Dipp Schoemblaka; “Formação Jurídica, Interculturalidade e Metodologia”, coordenado pela Profa. Luciana Pedroso Xavier.

No período da tarde do dia 01 de novembro, foram realizados quatro ateliers sobre atividades de pesquisa, ministrados por professores das Faculdades Integradas do Brasil, a saber: “Preenchimento do Currículo Lattes”, ministrado pelo Prof. Msc. Alexandre Godoy Dotta; “Elaboração de Artigos Científicos”, ministrado pelo Prof. Dr. Valter Fernandes da Cunha Filho; “Elaboração de Projetos de Pesquisa”, ministrado pela Profa. Msc. Andréa Roloff; “Indicadores Sociais e Jurídicos: Fontes e Aplicações na Pesquisa em Direito”, ministrado pela Profa. Dra. Laura Garbini Both.